



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Cesumar – Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda.		UF: PR
ASSUNTO: Descredenciamento voluntário da Faculdades Integradas Cesumar de Arapongas (Cesumar), com sede no município de Arapongas, no estado do Paraná.		
RELATOR: Luiz Roberto Liza Curi		
SEI Nº: 23000.015508/2022-21		
PARECER CNE/CES Nº: 206/2023	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 16/2/2023

I – RELATÓRIO

Trata-se do pedido de descredenciamento da Faculdades Integradas Cesumar de Arapongas (Cesumar), com sede no município de Arapongas, no estado do Paraná.

De modo a contextualizar a solicitação da Instituição de Educação Superior (IES), transcrevo a seguir o Parecer Final da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), *ipsis litteris*:

[...]

NOTA TÉCNICA Nº 145/2022/CGCIES/DIREG/SERES/SERES

PROCESSO Nº 23000.015508/2022-21

INTERESSADO: FACULDADES INTEGRADAS CESUMAR DE ARAPONGAS

Aditamento. Descredenciamento voluntário. Faculdades Integradas Cesumar de Arapongas (cód. 19406).

RELATÓRIO

1. Trata o presente processo de solicitação de descredenciamento voluntário da Faculdades Integradas Cesumar de Arapongas (cód. 19406), a ser realizado sob a forma de aditamento ao seu ato de Credenciamento, nos termos do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018.

2. A aludida IES, mantida pelo Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. - CESUMAR (cód. 560), foi credenciada pela Portaria MEC nº 52 (3434392), de 18 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 19 de janeiro de 2017.

3. Há, em nome da mantenedora acima citada, outras IES sob sua manutenção.

4. De acordo com o sistema e-MEC, a IES tinha como sede o município de Arapongas, no estado do Paraná. Seu campus era baseado na Rua Falcão, nº 768, Centro, e ofertava os seguintes cursos:

Curso	Código do curso	Situação	Ato Autorizativo/ de Extinção
-------	-----------------	----------	-------------------------------

Automação Industrial, bacharelado	1292474	Extinto	Portaria SERES/MEC nº 572, de 09/12/2020, DOU 11/12/2020 (3434508)
Ciências Biológicas, licenciatura	1396924	Extinto	Portaria SERES/MEC nº 572, de 09/12/2020, DOU 11/12/2020 (3434508)
Design Gráfico, tecnológico	1396926	Extinto	Portaria SERES/MEC nº 572, de 09/12/2020, DOU 11/12/2020 (3434508)
Direito, bacharelado	1383334	Extinto	Portaria SERES/MEC nº 875, de 30/08/2022, DOU 01/09/2022 (3666343)
Enfermagem, bacharelado	1396933	Ativo	Portaria SERES/MEC nº 190, de 17/04/2019, DOU 18/04/2019 (3666384)
Engenharia de Produção, bacharelado	1292472	Extinto	Portaria SERES/MEC nº 572, de 09/12/2020, DOU 11/12/2020 (3434508)
Logística, tecnológico	1292473	Extinto	Portaria SERES/MEC nº 572, de 09/12/2020, DOU 11/12/2020 (3434508)
Moda, bacharelado	1292471	Extinto	Portaria SERES/MEC nº 572, de 09/12/2020, DOU 11/12/2020 (3434508)
Nutrição, bacharelado	1396929	Extinto	Portaria SERES/MEC nº 572, de 09/12/2020, DOU 11/12/2020 (3434508)
Psicologia, bacharelado	1292470	Extinto	Portaria SERES/MEC nº 876, de 30/08/2022, DOU 01/09/2022 (3666377)

5. A solicitação de descredenciamento voluntário está formalizada no Of. DG nº 01/2022 (3342848) de 2 de maio de 2022, constante dos autos em comento.

ANÁLISE

6. Os pedidos de aditamento ao ato autorizativo, inclusive aqueles referentes ao descredenciamento voluntário, são regidos pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e pela Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018.

7. O Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, de supervisão e de avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, estabelece em seu artigo 12, o que segue:

Art. 12. As modificações do ato autorizativo serão processadas na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento de IES, autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

§ 1º Os seguintes aditamentos dependem de ato prévio editado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação:

I - aumento de vagas em cursos de graduação ofertados por faculdades;

II - aumento de vagas em cursos de graduação em Direito e Medicina ofertados por centros universitários e universidades, observado o disposto no art. 41;

III - extinção voluntária de cursos ofertados por IES sem autonomia;

IV - descredenciamento voluntário de IES ou de oferta em uma das modalidades; (grifo nosso)

V - unificação de IES mantidas por uma mesma mantenedora; e

VI - credenciamento de campus fora de sede.

8. No mesmo sentido, dispõe o art. 75 da Portaria Normativa nº 23/2017:

Art. 75. O pedido de descredenciamento voluntário de IES, acompanhado da extinção de todos os seus cursos, tramitará como aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento e será processado mediante análise documental, ressalvada a necessidade de avaliação in loco apontada pela SERES, após a apreciação dos documentos.

9. Impõe o art. 76 da aludida Portaria Normativa nº 23/2017 que o pedido de descredenciamento voluntário está vinculado à comprovação, por parte da IES, do encerramento da oferta de todos os cursos, da inexistência de pendências acadêmicas de estudantes, da emissão da totalidade dos diplomas e certificados, bem como da transferência de alunos, se for o caso, aliado à necessidade de organização do acervo acadêmico.

10. Ademais, o descredenciamento voluntário deve ser processado mediante a análise dos documentos listados no art. 77 da Portaria Normativa nº 23/2017, abaixo elencados:

I. Requerimento de descredenciamento voluntário, formalizado pelo dirigente da mantenedora da instituição de ensino;

II. Cópia do último edital de processo seletivo da instituição;

III. Declaração assinada pelo dirigente máximo da instituição, com firma reconhecida, firmando os seguintes compromissos:

a) responsabilização pela guarda do acervo documental de estudantes, de cursos e da IES até a finalização do processo, bem como pela entrega do acervo, organizado na forma disciplinada no Capítulo II, Seção VIII, da Portaria Normativa MEC nº 22, de 21 dezembro de 2017, à instituição sucessora;

b) indicação de IES sucessora para entrega do acervo acadêmico, com apresentação de termo de aceite firmado por seu representante legal; e

c) comprovação de encerramento ou inexistência de pendências junto a programas do MEC vinculados aos cursos, tais como o Financiamento Estudantil FIES e o Programa Universidade para Todos PROUNI.

11. No que concerne ao rol de documentos acima elencado, convém exarar algumas considerações. A instituição declarou que desde seu credenciamento, sacramentado pela Portaria MEC nº 52, de 18 de janeiro de 2017, não ofertou efetivamente curso superior, sendo inexistente qualquer necessidade de análise administrativa concernente à apuração de existência de pendências acadêmicas de estudantes.

12. Nesta esteira, corrobora-se que a IES procedeu com o quesito disposto acima que lhe cabe, haja vista estar presente nos autos o Requerimento de descredenciamento voluntário (pág. 5 e 6 do documento 3342848). Nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235/2017, a guarda e gestão do acervo acadêmico permanecerá sob responsabilidade do Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. - CESUMAR (cód. 560).

13. Em atendimento ao art. 79, §1º, da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, destacamos que não há processos regulatórios referentes à IES em trâmite no sistema e-MEC, conforme o comprovante anexo (3666397).

14. Por fim, caso não haja divergência de entendimento entre esta Secretaria e o Conselho Nacional de Educação sobre a presente matéria, cabe ressaltar que o presente processo se amolda aos termos contidos no PARECER REFERENCIAL n. 00004/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU (3434751), da Consultoria Jurídica junto ao

Ministério da Educação, e não há necessidade de envio dos autos àquele órgão setorial da Advocacia-Geral da União (AGU).

CONCLUSÃO

15. Ante o acima exposto, com fundamento no Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, bem como nos termos do art. 80 da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, republicada em 03/09/2018, esta Coordenação-Geral de Credenciamento das Instituições de Educação Superior - CGCIES/DIREG/SERES/MEC é de parecer favorável ao descredenciamento voluntário da Faculdades Integradas Cesumar de Arapongas (cód. 19406) e, em decorrência, à extinção do curso de Enfermagem, bacharelado, da Faculdades Integradas Cesumar de Arapongas, tendo em vista a ausência de matrículas e oferta efetiva de aulas na totalidade dos seus cursos desde seu credenciamento, apontando ainda que o Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. - CESUMAR (cód. 560) será responsável pela organização e manutenção do acervo acadêmico da IES descredenciada.

II – VOTO DO RELATOR

Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdades Integradas Cesumar de Arapongas (Cesumar), com sede na Rua Falcão, nº 768, Centro, no município de Arapongas, no estado do Paraná, mantida pelo Cesumar – Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda., com sede no mesmo município e estado, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017.

Neste mesmo ato, determino que o Cesumar – Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdades Integradas Cesumar de Arapongas (Cesumar).

Brasília (DF), 16 de fevereiro de 2023.

Conselheiro Luiz Roberto Liza Curi – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.
Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 2023.

Conselheiro Alysson Massote Carvalho – Presidente

Conselheiro Aristides Cimadon – Vice-Presidente